

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 121.º da Lei 2/2020, de 31 de março (LOE/2020))

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2021

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)						
Classif.	Designação	out/17 a dez/17	2018	2019	jan/20 a set/20	Média dos 36 meses anteriores a out/2020
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0
090110	Venda de terrenos a Famílias	6 678,39	19 478,89	18 592,06	22 373,16	22 374
090201	Venda de habitações a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0
090210	Venda de habitações a Famílias	656,25	2 406,25	2 625,00	3 250,00	2 979
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	54 000,00	0,00	0,00	0,00	18 000
090310	Venda de edifícios a Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0
09040101	Venda de equipamento de transporte a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	14 000,00	0,00	7 402,60	7 134
09040102	Venda de maquinaria e equipamento a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Total		61 334,64	35 885,14	21 217,06	33 025,76	50 488

Artigo 121.º da Lei 2/2020, de 31 de março (LOE/2020)

Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis

1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2021, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser, excecionalmente, de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.